



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006933-64.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Karin Belan Rodrigues**
 Requerido: **Banco Daycoval S/A e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Karin Belan Rodrigues move ação de obrigação de fazer contra Banco Daycoval S/A e Zurich Minas Brasil Seguros S/A, pedindo a condenação dos réus ao pagamento de três parcelas do contrato de financiamento para a aquisição de veículo automotor, com fundamento no contrato de seguro de proteção financeira celebrado conjuntamente com aquele, ante a ocorrência do sinistro do desemprego que veio a suportar.

Os réus, citados, contestaram.

O Banco Daycoval S/A alega ilegitimidade passiva e, no mérito, que o desemprego da autora não é coberto pela apólice.

A Zurich Minas Brasil Seguros S/A ofertou contestação intempestiva, com preliminares de prescrição e ausência de interesse processual.

Sobre as contestações manifestou-se a autora.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A ré Zurich Minas Brasil Seguros S/A apresentou contestação intempestiva que, por tal razão, não será conhecida pelo magistrado no que diz com as questões sujeitas à preclusão, embora não ocorra o efeito da revelia, tendo em vista o disposto no art. 345, I do Código de Processo Civil.

O Banco Daycoval S/A é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da relação processual, tendo em vista que o único pedido formulado na petição inicial, qual seja, de condenação ao pagamento de três parcelas do financiamento, não é pertinente em relação à instituição financeira, e sim apenas à seguradora.

As preliminares ofertadas pela ré Zurich Minas Brasil Seguros S/A devem ser conhecidas pelo magistrado, mesmo sendo intempestiva a contestação, porque podem ser alegadas e devem ser conhecidas a qualquer tempo, em conformidade com o disposto no art. 193 do CC e arts. 337, § 5º, 342, II do CPC.

Passo a examiná-las.

Há interesse processual porque houve pretensão resistida e a via eleita é adequada, não sendo obrigatória a prévia formulação de pedido administrativo, para a propositura da demanda.

Presente a prescrição. Com efeito, dispõe o art. 206, § 1º, II do Código Civil que prescreve em um ano a pretensão do segurado contra o segurador, prazo que, em conformidade com a alínea "b" do referido inciso, conta-se da ciência do fato gerador da pretensão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ora, na hipótese dos autos a autora diz, na inicial, que foi dispensada em 22/04/2015 – evidentemente teve ciência desse fato na mesma data - , de modo que o prazo prescricional venceu em 22/04/2016, mas a ação somente foi proposta em 07/06/2016.

Nenhuma causa interruptiva ou suspensiva foi comprovada ou sequer alegada pela autora.

Ante o exposto, em relação ao Banco Daycoval S/A julgo extinto o processo sem resolução do mérito por ilegitimidade passiva nos termos do art. 485, VI do CPC, e, em relação à Zurich Minas Brasil Seguros S/A, declaro a prescrição com fundamento no art. 487, II do CPC. Condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a Gratuidade da Justiça.

P.I.

São Carlos, 22 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**